

# Ana Cristina Santos: idosos LGBTQ+ não têm as típicas redes de cuidado informal

**P**ublico.pt/2023/01/06/sociedade/entrevista/ana-cristina-santos-idosos-lgbt-nao-tipicas-redes-cuidado-informal-2032455

Ana Cristina Pereira, Miguel Manso

Socióloga que lidera projecto europeu sobre envelhecimento sublinha maior risco de solidão entre idosos LGBTQ+. Pelo passado de opressão e discriminação, tendem a ter redes familiares mais frágeis.



Foto

Ana Cristina Santos Miguel Manso

Tem coordenado projectos de investigação nacionais e internacionais sobre género, corpo e cidadania íntima. Já se debruçou longamente sobre o activismo LGBTQ+ (lésbica, gay, bissexual, trans e outros). Ultimamente, tem estado focada nas questões LGBTQ+ ao longo da vida. Lidera um projecto centrado nas experiências da população idosa, o *Remember*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em Março de 2022, ganhou um financiamento de 2 milhões de euros do Conselho Europeu de Investigação para o projecto Trace – Cidadania Queer ao Longo do Tempo: Envelhecimento, idadeísmo e políticas LGBTQI+ na Europa, que incide sobre Portugal, Itália, Malta, Grécia e Eslovénia.

Nascida na Madeira, Ana Cristina Santos (n. 1975) mudou-se para Coimbra para estudar Sociologia. É investigadora principal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Foi a produzir conhecimento que entrou no activismo, co-fundando em 2001 a Não Te Prives – Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais, a primeira organização do país a juntar as questões de género com as LGBTQ+. Já não está nessa linha da frente, mas ainda vai às marchas do orgulho e não gosta de perder oportunidades de conversa sobre o tema.

**Está a estudar o dia-a-dia de quem cresceu num tempo em que a diversidade sexual e de género era um crime ou estava associada a uma doença. O que significava, nesse contexto, a palavra clandestinidade?**

Clandestinidade significava manter a aparência em todas as esferas da vida, excepto aquela em que se permitia a saída do armário. Uma saída temporária, contida em espaços

muito restritos. A clandestinidade convida a um conjunto de estratégias de dissimulação. Quando se pensa que esteve associada ao período da ditadura também se percebe o que isto implica. Porque não era só a discriminação em termos sociais, o ser malvisto, o ser malfalado. Era o risco físico de ser levado, de ser chamado para interrogatório. Não significa que as pessoas não vivessem a sua sexualidade, claro que viviam, mas num espartilho. É claro que isto também tem *nuances*...

A mudança jurídica em si mesma não gera um automatismo em alguém que foi treinado para esconder. Se ainda por cima não há preocupação do Estado em promover campanhas antidiscriminação nos anos 80, se há a questão da sida, o armário permanece.

### **De classe?**

Essa é a principal, é aquela que é muito falada, mas estava a pensar nos centros urbanos e na província. O que tenho recolhido nas minhas entrevistas é que na chamada província as pessoas tinham mais liberdade. Nesses temas, a atenção da polícia estava mais centrada nos espaços urbanos. Noutros meios ia-se fazendo as coisas, desde que com alguns cuidados. Digo isto com base na percepção das pessoas. Não creio que haja algum estudo que tenha feito essa comparação para perceber se assim era.

### **Mas no mundo rural o controlo social era maior...**

Estava a falar em termos de crime. A homossexualidade deixa de ser crime [com a revisão do Código Penal em vigor no dia 1 de Janeiro de 1983], mas há todo o resto. Há quem se mantenha no armário não por obrigação de protecção em termos jurídicos, mas para manter a camada de protecção social. Se pensarmos no recorte de género, temos aqui uma divisão muito grande, porque aos homens que se mantinham solteiros não lhes era necessariamente atribuída uma má reputação. Eram considerados *bons vivants*. Temos muitos que nunca se casaram. Nas mulheres há uma incidência maior de experiência de casamento pelas pressões que sentiam para a conformidade social.

### **Elas podiam disfarçar melhor...**

Sim. O outro lado disto tem que ver com aquilo que seriam manifestações públicas de afecto e que estavam muito mais autorizadas às mulheres. A sua sexualidade é invisível. Pensa-se facilmente que são duas amigas, duas irmãs, duas primas. Aos homens a manifestação pública de afecto está vedada. Na clandestinidade, muitos utilizavam circuitos associados ao engate com códigos próprios. Muitas vezes, as interacções davam-se com outros homens que não se identificavam como homossexuais. Há ligações, algumas fortuitas, outras continuadas, com militares a fazer o serviço numa determinada cidade que não se identificavam como homossexuais.



Foto

Ana Cristina Santos Miguel Manso

### **Não costumavam ser o ponto de partida para uma relação estável...**

Isso estava fora do espectro de possibilidades. Estou a lembrar-me de uma frase muito típica quando o pai ou a mãe sabe que o filho ou filha é gay ou lésbica: “Ai, é um desgosto muito grande porque nunca vou ter netos.” Isto não vem só do mundo heterossexual. Esta ideia estava muito interiorizada. Não era possível. Ao seguir um determinado caminho, a pessoa estava a abdicar de tudo o que estava associado ao casamento heterossexual. Para as mulheres era um bocadinho diferente. Como disse, há uma incidência maior de mulheres que casam com homens sendo que depois de ficarem viúvas ou de se separarem só tiveram relações com mulheres. Percebe-se que foram levadas ao casamento com um homem. E isso tem uma consequência muito grave, que me preocupa na actualidade.

### **O isolamento?**

Esta geração chega aqui sem ter aquelas redes de cuidado informal que grande parte das pessoas da sua geração terá. Houve muitas vezes um corte com a família de origem. Se o irmão ou a irmã decide cortar com o irmão gay porque não quer “essas porcarias”, muito provavelmente também não houve contacto com sobrinhos de forma continuada. Nalguns casos, há o companheiro, o “amigo”. Mas muitas pessoas não fizeram um investimento emocional numa relação de longa duração. E as redes de amigos não se revelam eficazes. Surgem questões como o isolamento, a solidão relacional, a ausência de redes de cuidados informais, a ausência de planos de fim de vida.

### **Terão de recorrer ao apoio domiciliário, aos centros de dia, aos lares, como outras pessoas mais velhas.**

Estas pessoas sabem como vão ser tratadas quando forem para um lar. Num momento em que estão mais vulneráveis, numa situação de institucionalização que já é tão violenta, vão dizer que são gays ou lésbicas? Provavelmente não. Há tantas camadas de violência simbólica, emocional – e não estou sequer a falar de violência física. Mesmo nos cuidados de saúde mais formais, temos relatos que ainda hoje continuam a ser assustadores, de uma falta de preparação para tratar destes temas que têm que ver com a diversidade.

Houve muitas vezes um corte com a família de origem. Se o irmão ou a irmã decide cortar com o irmão gay porque não quer “essas porcarias”, muito provavelmente também não houve contacto com sobrinhos de forma continuada.

### **Por exemplo?**

Um entrevistado meu tem uma doença crónica que o obriga a períodos de hospitalização. Num momento em que ia ter uma intervenção e teria de ser acompanhado, pergunta-lhe a médica: “Então está sozinho? Não tem ninguém?” “Não”, respondeu. “Mas então nunca se casou?” A médica estava quase a forçá-lo a um *coming out*. Ele disse-me: “Eu sabia o que ela queria. A forma como ela estava a perguntar, aquilo que estava a insinuar, o tom. Só fui dizendo: ‘Não, não me casei.’” Isto é de uma falta de atenção às diferentes circunstâncias da vida das pessoas.

### **Falta formação?**

Nos projectos que eu tenho liderado com profissionais de várias áreas, da saúde, da educação, etc., toda a gente diz a mesma coisa: não têm conteúdos voltados para as questões da diversidade sexual e de género ao longo da sua formação académica ou profissional, incluindo actualização profissional. Há profissionais que procuram e se inscrevem em formações, mas a maioria não.

### **O projecto *Remember* prevê um guia para cuidadores. Da área da saúde ou social?**

A questão da progressiva falta de autonomia e tudo o que lhe está associado tem emergido com grande preocupação entre pessoas LGBT+ mais velhas que temos entrevistado. Essa preocupação é agravada em situações em que, pela ausência de um/a companheiro/a ou de familiares próximos, se prevê uma dependência futura face a pessoas ou instituições estranhas, na maior parte das vezes sem formação para acolher a diversidade sexual ou de género. O medo de passar a recta final da vida num novo armário é real, e deve fazer-nos reflectir.

Pareceu-nos importante construir este guia a partir do que temos vindo a aprender. O guia estará dirigido para qualquer pessoa que, na sua prática profissional, lidar directa ou indirectamente com população idosa. Teremos conteúdos comuns e diferenciados dirigidos a profissionais de saúde, assistentes sociais, responsáveis por animação sociocultural, auxiliares de geriatria. Neste guia, cujo lançamento se prevê para 2024, a ênfase não estará tanto no tipo de cuidado prestado, mas sim na necessidade de adoptar uma abordagem proactiva e transversal que promova a igualdade e a antidiscriminação, para que todas as pessoas utentes se sintam seguras e acolhidas na sua diversidade sexual e de género.

### **A epidemia da sida prejudicou esta geração não só pelo que significou em termos de saúde, mas também porque retardou a saída do armário?**

Creio que sim. Essa é uma das questões principais que estamos a analisar nos projectos *Remember* e *Trace*. O que significa para alguém sobreviver a todas estas fases que se vão sucedendo com algumas sobreposições? A primeira é a da despenalização ao mesmo tempo que se expande o VIH. Sobrevivendo à questão da sida, começa a surgir todo o reconhecimento jurídico e social. E o que é que significa para alguém que passou por estas fases todas chegar a um país onde se pode casar, eventualmente tarde demais?

A primeira é a da despenalização ao mesmo tempo que se expande o VIH. Sobrevivendo à questão da sida, começa a surgir todo o reconhecimento jurídico e social. E o que é que significa para alguém que passou por estas fases todas chegar a um país onde se pode casar, eventualmente tarde demais?

Quando te descobres como pessoa, os teus afectos, a tua sexualidade, o teu género dissidente durante o período em que é proibido, tu já interiorizaste – porque já foste socializada, já crescestes assim – uma série de estratégias de dissimulação, de protecção da tua identidade. Então precisas de muito mais do que um simples acto jurídico de despenalização para te sentires segura a sair do armário. A mudança jurídica em si mesma não gera um automatismo em alguém que foi treinado para esconder. Se ainda por cima não há preocupação do Estado em promover campanhas antidiscriminação nos anos 80, se há a questão da sida, o armário permanece.

### **Até porque não havia protecção no trabalho...**

As pessoas tinham muito medo de serem despedidas. Não era só medo. Temos pessoas que relatam ter sido bloqueadas na progressão da carreira, não terem tido oportunidades, terem tido colegas que não estavam tão preparados e ascenderam. Pessoas “armariadas”, mas interpretadas socialmente, ainda que sem prova, como não sendo “hétero”. As pessoas faziam comentários às suas formas de vestir, às sobrancelhas, às unhas, que deixavam perceber que sabiam. Era sempre nesta esfera muito difícil do não dito, do tácito, da piadinha.

### **Disse que nota, nesta fase mais tardia da vida, ausência de planos para o futuro. Pode explicar?**

Quando pergunto por planos de fim de vida, a maior parte diz não os ter, deixar isso ao acaso. Lembro-me de uma entrevistada que disse: “O universo cuidará.” Lembro-me de outra que disse: “Eu cuido de mim.” Entrevistei homens que contam com o companheiro [como eventual cuidador]. As mulheres que entrevistei não tinham companheira no momento. Várias peçoas falaram em cohousing como possibilidade de terem uma vida relativamente autónoma, mas em segurança. Há pessoas com vontade de contribuir elas próprias para espaços assim. Pessoas que, por exemplo, deixaram os centros urbanos e se mudaram para áreas mais rurais para terem mais contacto com a terra, fazerem agricultura de subsistência.

### **Tem piada esse regresso à terra quando muita gente teve de fugir da terra para ser quem é...**

É. Também há uma liberdade associada a esta geração: eu já não vou ser despedido, eu já não devo nada a ninguém, os meus pais já morreram, não tenho de esconder. Isso foi muitíssimo comum nas entrevistas, com excepções, que também as houve, de pessoas que interiorizaram as coisas de determinada maneira: não vivo a minha sexualidade ou o meu género abertamente porque não quero que estejam a dizer mal de mim nas minhas costas, não quero dar essa confiança.



Foto

Ana Cristina Santos Miguel Manso

### **Como é o que país deve discutir o envelhecimento da população LGBT+? Como um caso à parte ou como uma parte do todo?**

Existem especificidades. Dizer isto não significa que as pessoas não são todas iguais em dignidade e direitos. É reconhecer que existem processos estruturais que tornam diferente o modo como cresceram e as oportunidades que tiveram ao longo da vida. Refiro-me, por exemplo, à possibilidade de ultrapassar a precariedade, de ter recursos educativos, de criar redes de apoio informal.

Precisamos de um olhar dedicado. Isto não significa guetizar, mas tratar como diferente aquilo que o é. Na área da infância e da adolescência já se começa a ter uma maior atenção a estas questões, já se fala no *bullying* homofóbico. Nesse grupo etário, houve uma mudança. No grupo etário acima dos 60, não houve nenhuma mudança. Porquê? Porque se acha que as pessoas com mais de 60 anos não têm sexualidade, quanto mais diferenças de género. Só se fala de sexualidade para se falar de envelhecimento activo. Há aqui uns chavões, mas esses chavões dizem pouco. Têm direito a uma sexualidade saudável e depois vamos ver as imagens usadas para ilustrar e é sempre uma mulher magra, gira, grisalha, com um homem giro, grisalho, magro. Enquanto continuarmos nisto não vamos longe.

### **Os seus projectos contemplam formação de públicos diversificados, incluindo sessões em escolas secundárias. É importante levar o envelhecimento LGBT+ às escolas?**

A nossa melhor ferramenta é a educação. Continuamos sem conteúdos LGBTQIA+ no 1.º ciclo do sistema de ensino superior. E mesmo ao nível do 3.º ciclo são raríssimos os programas doutorais que integram este tema. Como preparar um envelhecimento diverso e inclusivo, se não o fizermos com as gerações que irão ser as prestadoras de cuidados futuros?

Acresce que no contexto da Europa do Sul, a importância das e dos avós é tremenda. Falar de envelhecimento LGBT+ à população escolar num contexto de grande contacto intergeracional entre netas/os e avós faz ainda mais sentido se queremos de facto trabalhar para uma sociedade mais aberta e democrática, com maiores níveis de bem-estar para todas as pessoas.

De uma forma porventura mais prosaica, estamos também a responder a uma necessidade identificada pelos próprios professores e professoras que cada vez mais procuram a academia como forma de abordar, em contexto de sala de aula, temas relacionados com género e orientação sexual.

**Desde 2009 que os temas LGBTQ+ marcam presença consistente nos debates parlamentares. Também se tornaram comuns nos *media* e nas escolas. Há quem diga que é um exagero, que é por isso que há reacções negativas. O que responderia a essas pessoas?**

O que digo a essas pessoas é que estamos imersas num tempo diferente, em que as questões da dignidade humana, da não discriminação, da igualdade são valores não negociáveis da democracia. Disse desde 2009? Estamos a falar de 13 anos. Isso não é nada face a séculos de discriminação. Essa é uma parte da resposta. A outra parte é olhar para a nossa realidade actual. A discriminação acabou? Deixou de existir *bullying* em meio escolar? Deixou de haver pessoas que têm medo de andar de mãos dadas na rua? Se a resposta é não, se continuamos a ter violência, discriminação, homofobia internalizada, etc., não é demais continuarmos a falar destes temas. Pelo contrário.



Foto

Ana Cristina Santos Miguel Manso

**Que políticas públicas ainda fazem falta?**

As pessoas LGBTQIA+ são parte do tecido social. Portanto, é fundamental transversalizar essa presença, torná-la visível, audível, legível em todas as áreas de intervenção, sem margem para dependências do bom senso ou da “tolerância”. Para usar um termo caro às políticas públicas, é preciso proceder a um *mainstreaming* da diversidade LGBTQIA+. Mas sem esquecer o que há de específico dentro desta sigla. Em grande medida, está ainda tudo por fazer no que se reporta às especificidades de pessoas trans e não binárias, de pessoas intersexo, de pessoas bissexuais, por exemplo. E quando pensamos na interseccionalidade, o panorama fica ainda mais desolador. É necessário pensar a discriminação LGBTQIA+ tendo em conta o racismo, o capacitismo, o idadismo, a precariedade.

Falta uma política para a infância que contemple a diversidade sexual e de género; melhor acompanhamento na saúde sexual e reprodutiva de pessoas trans; medidas para desporto inclusivo; medidas de discriminação positiva na área do emprego visando pessoas trans e

não binárias; uma política para o envelhecimento que promova a autodeterminação sexual e na identidade e expressão de género. E falta linguagem inclusiva, capacitação, formação curricular e formação profissional que contemple conteúdos LGBTQIA+. Ao nível da legislação ainda há urgências a colmatar, entre as quais a proibição das autodesignadas terapias de conversão, reconhecendo-as enquanto aquilo que são: formas de tortura.